

Profissão: Educador

Educadores sociais, quem são e o que fazem ?

Entre os consensos possíveis numa época pouco favorável a formulações universalizáveis destaca-se, sem dúvida, aquele que se refere ao lugar ocupado pela educação no processo de desenvolvimento humano. Como lembrava Kant, o homem precisa da educação para aprender a pensar, a agir e a ganhar capacidade de distanciamento crítico em relação ao mundo natural imediato e a tudo o que a tradição lhe apresenta como natural. Enquanto ser susceptível de educação, o homem aprende a transcender a esfera dos seus possíveis num processo que requer a permanente relação com os outros. A consciência de que este é um processo que permanece em aberto leva-nos a procurar influenciar positivamente o sentido da sua evolução. É esta no fundo a tarefa de todos os educadores. Ainda que, ao contrário da ilusão iluminista subjacente ao pensamento kantiano, o cumprimento dessa tarefa exija de nós a capacidade para lidar com a carga de incerteza e de imprevisibilidade que marcam hoje o caminhar do homem pelo mundo. Um mundo que todos queremos mais solidário e mais justo.

A valorização destes pressupostos, sobretudo no quadro da sociedade tecnológica em que vivemos, justifica o reconhecimento de que a educação deverá ser **para todos e durante toda a vida**, conforme preconiza a UNESCO.html">UNESCO.html">UNESCO nas suas recomendações sobre educação para o séc. XXI. É, precisamente, neste contexto de preocupações que a Educação Social nos aparece valorizada, conforme evidencia Adalberto Dias de Carvalho (ver texto neste jornal). Para que possamos ser concretizada a meta de uma educação para todos, não basta lutar por uma escola mais inclusiva. Ainda que esta seja uma batalha decisiva no combate à exclusão social. É preciso sim reequacionar o papel da educação escolar, mas também o da educação extra-escolar e, sobretudo, o da articulação entre ambas. De acordo com os ideais humanistas e democráticos que norteiam o nosso esforço, não podemos, em termos de educação, ignorar o número crescente de pessoas que vivem privadas das condições de vida mais elementares. Privadas dos seus direitos no que diz respeito à saúde, à alimentação, ao trabalho e à educação. Privadas, enfim, do seu direito de cidadania. Neste sentido, para que o mundo possa, de facto, ganhar um rosto diferente, há que potenciar uma intervenção educativa em espaços sociais particularmente vulneráveis. No quadro de uma sociedade tecnológica que procura evoluir no sentido de maior democracia e justiça, a solidariedade para com grupos humanos menos favorecidos não pode ficar confinada a iniciativas pontuais, desarticuladas entre si e dependendo da maior ou menor boa vontade de alguns. Além de que estas iniciativas tendem muitas vezes a ficar centradas na zona de fronteira entre inclusão e exclusão, definida esta em termos estritos e ignorando, como lembra Robert Castel, que o problema da exclusão remete para a realidade que a precede e a justifica. É aí que, enquanto educadores, devemos centrar a nossa atenção, procurando compreender o que empurra tantos seres humanos para fora da sociedade, como uma sobra. O direito à integração social é, antes de mais, o direito à cidadania enquanto condição indispensável de uma realização humana. Cabe, de uma forma particular, aos educadores sociais criar e alimentar as condições que favoreçam o exercício pleno dessa cidadania. A *ajuda educativa* prestada por estes profissionais a pessoas e a comunidades em situação considerada de risco (quer para si quer para a sociedade) distingue-se da lógica assistencial na medida em que, respeitando a misteriosa singularidade de cada ser humano e apoiando-se na competência técnica que configura o seu saber profissional, o educador recorre a todos os meios que possam favorecer a evolução positiva dos indivíduos e dos grupos a seu cargo. Nomeadamente através da concepção e realização de projectos na área da educação para o desenvolvimento, promovendo parcerias, trabalhando em interdependência com outros profissionais em domínios como o da saúde, da segurança ou da integração no mercado de trabalho. No fundo cabe aos educadores sociais criar e alimentar os espaços de mediação necessários a uma socialização feliz. De forma a que, como afirma Rouzel, seja possível manter em aberto o espaço entre o individual e o social. Não como uma espécie de *guardas de fronteira*, a quem caberia a tarefa de vigiar as margens definidas pela sociedade e reencaminhar os transgressores. O sentido da sua actividade profissional não está apenas na simples conjugação prática dos dois termos *educação* e *social*, mas no reconhecimento de novas exigências tanto no que toca à educação como à forma de tratar as chamadas questões sociais. Isto se queremos trabalhar seriamente no sentido da erradicação de problemas como o da pobreza e da exclusão social. Problemas estes que, afectando um número significativo de pessoas, põe em causa o sentido da evolução da própria humanidade.

Todavia, apesar da relevância do seu trabalho parecer não oferecer dúvidas, o processo de afirmação da sua identidade profissional tem conhecido alguns obstáculos. Da mesma forma que outros educadores possuem, para lá de um saber pedagógico comum, habilitações próprias para o exercício da sua actividade profissional em determinados domínios ou sectores de ensino, os educadores sociais estão especificamente preparados para desenvolver uma acção educativa em espaços socio-comunitários. Nestes espaços, o seu desempenho profissional cruza-se, inevitavelmente, com o de outros intervenientes na área do trabalho social. A identidade dos educadores sociais desenvolve-se assim num duplo movimento de aproximação/demarcação relativamente quer aos *educadores-professores* quer aos trabalhadores sociais. Se com os primeiros partilham a referência ao saber pedagógico, com os segundos partilham a referência ao mesmo terreno de intervenção. Daqui resulta, naturalmente, alguma ambiguidade em termos de configuração do seu saber profissional, agravada por factores inerentes a toda a relação educativa enquanto relação humana. Como a incerteza face ao futuro, a

gestão de um equilíbrio subtil entre a intencionalidade pedagógica e o respeito pela integridade pessoal e a exigência de uma forte polivalência prática de acordo com a multiplicidade de situações e de problemas. Estas dificuldades, que são afinal constitutivas da actividade profissional de todos os educadores, surgem agravadas quando se tem que conceber e agir em situações pessoais e sociais particularmente vulneráveis e problemáticas. A juntar a estas dificuldades, temos ainda aquelas que são inerentes a uma profissão emergente que se vê obrigada a partilhar território com dois grupos profissionais distintos, eles próprios a viver um momento importante no que toca à reinvenção dos seus saberes e dos seus papeis. Tal como acontece com os demais educadores, o trabalho do educador social carece da devida valorização material e social. Julgo que no âmbito de uma progressiva territorialização das políticas educativas, o aparecimento deste novo grupo profissional constitui uma oportunidade privilegiada para a afirmação de valores profissionais como a abertura ao outro, a capacidade de relação e de diálogo, o trabalho em equipa e a colegialidade. Valores estes que fazem da profissão de educador, seja qual for a sua especialidade, uma das mais habilitadas para levar por diante os desafios que a humanidade enfrenta no amanhecer de um novo milénio.

Isabel Baptista

Referências bibliográficas:

Rouzel, J. *Le travail d'éducateur spécialisé*. 1997. DUNOD. Paris
Kant. *Traité de pédagogie*. 1991. Hachette. Paris